



ISSN: 2175-5493

**VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO**

27 a 29 de novembro de 2006

---

**FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO EM VITÓRIA DA CONQUISTA: ABORDAGEM  
REGIONAL E LOCAL**

Ana Palmira Bittencourt Santos  
(UESB)

Lívia Diana Rocha Magalhães  
(UESB)<sup>245</sup>

Adriana da Cruz Viana  
(UESB)

Daniela Moura Rocha de Souza  
(UESB)

Edileusa Santos Oliveira  
(UESB)

Sueli Melo Silva  
(UESB)

Josilda Moreira Souza  
(UESB)

Adriana Alves da Silva  
(UESB)

**RESUMO**

O Projeto FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO EM VITÓRIA DA CONQUISTA faz parte do Projeto Diretor do Museu Pedagógico: “A Educação na Cidade de Vitória da Conquista e Região: as leis, os sujeitos, os espaços, suas representações e materiais”. Tem como objetivo o levantamento de dados sobre os primeiros sujeitos da educação escolar, com seus hábitos, mentalidades e representações, bem como a localização das primeiras escolas, tendo em vista a análise das suas circunstâncias de instalação e de funcionamento. Sob uma perspectiva dialética, e à luz do contexto histórico da época recortada, circunscreve o ‘centro histórico da cidade’, lista e localiza as escolas situadas no espaço original da cidade, ou seja, no seu centro histórico, começando

---

<sup>245</sup> Coordenadoras do Projeto. Professoras da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB; Doutoradas em Educação; Coordenadoras do Museu Pedagógico da UESB.



ISSN: 2175-5493

## VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

---

pelo ponto mais antigo da localidade e prossegue, irradiando o mapeamento na mesma medida do crescimento populacional, surgimento de novos bairros, novas demandas e, conseqüentemente, da construção de novas escolas. Em uma primeira fase, entrevista alguns moradores que estudaram em escolas do município entre 1910 e 1940, buscando, preferencialmente, alguns moradores longevos que habitaram (e ainda habitam) em Vitória da Conquista das primeiras décadas do século XX e, especialmente, alguns que residiram na Rua Grande, hoje Praça Tancredo Neves, considerada como marco original da cidade.

### INTRODUÇÃO

Estudos sobre a instalação da escola obrigatória no Brasil são recentes e estão precedidos de uma história de instrumentos legais que, de modo geral, pouco correspondeu com a realidade concreta. A chamada ‘reforma pombalina’(1759), por exemplo, possibilitava o privilégio do Estado em matéria de instrução e o oferecimento das ‘aulas régias’, e o subsídio literário para sua manutenção (1772), o que não significou sua efetivação. Após a Proclamação da Independência (1822), D. Pedro I tornou livre a instrução popular, sendo que a Lei de 15 de outubro de 1827 estabelecia que em todas as vilas e lugares populosos haveria escolas de primeiras letras.

Com o Ato Adicional à Constituição (1834), o ensino primário ficou a cargo das províncias. Mais tarde, com a instituição da República Federativa, o ensino primário passou, prioritariamente, para a responsabilidade das unidades federadas – os estados (XAVIER, 1990; SAVIANI, 1998). Sabe-se, entretanto, que, guardadas as suas diferenciações históricas, a descentralização administrativa das escolas primárias, sem a devida autonomia financeira das suas unidades executoras, pouco se efetivou.

Por volta de 1930, somos uma nação mais urbana e dependente das forças materiais e simbólicas da sociedade moderna e com um Estado que se via instado a assumir a escola pública.

Ocorrem, em decorrência, algumas iniciativas importantes, porém, ainda não suficientes para a instalação do nosso sistema educacional, como a Reforma Francisco Campos (1931); a criação do Ministério da Saúde; o Manifesto dos Pioneiros da



ISSN: 2175-5493

## VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

---

Educação Nova (1932); as chamadas ‘reformas estaduais’; as diretrizes da educação nacional prevista na Constituição de 1934, dentre outras. Estas iniciativas, mesmo do ponto de vista legal, só vão efetivar-se, até certa medida, nas décadas seguintes.

O fato é que a instalação de escolas no Brasil dependeu, por muito tempo, de iniciativas de vários matizes, muitas vezes, em ‘parceria’ com o Estado, envolvendo filantropos, higienistas, reformadores sociais e, prevalentemente, educadores que começam a responder às demandas por escolas.

O presente trabalho faz parte do Projeto Diretor do Museu Pedagógico, denominado “A Educação na Cidade de Vitória da Conquista e Região: as leis, os sujeitos, os espaços, suas representações e materiais” – da formação da cidade ao século XXI, que estuda desde os primórdios da Educação em Vitória da Conquista – diferenciada de acordo com a estratificação social — principalmente, articulando as relações existentes entre os fundamentos históricos da Educação no Brasil e na Bahia com as origens da Educação em Vitória da Conquista, cidade polarizadora da educação e da cultura regional, até os dias atuais. O Grupo de Pesquisa Fundamentos da Educação, nesta fase de trabalhos, dentre as inúmeras possibilidades já iniciadas, objetiva:

- 1 – Verificar, a partir do levantamento e catalogação de fontes (atas e jornais), dados pertinentes à educação e à cultura, de 1910 a 1970 (responsável Daniela Moura Rocha de Souza);
- 2 - Mapear as escolas extintas na zona urbana de Vitória da Conquista, desde os primórdios, a começar do ponto onde a cidade foi fundada, irradiando a pesquisa no decorrer do povoamento e expansão urbana da cidade, recuperar os nomes dos principais sujeitos da educação escolar: alunos e professores, bem como reconstituir a vida escolar em cada momento histórico (responsável: Ana Palmira Casimiro);
- 3 – Verificar a práxis pedagógica desenvolvida no Ginásio Padre Palmeira, no município de Vitória da Conquista, sua história, seus sujeitos, bem como a sua contribuição para a educação deste município de 1940 a 1970, período do seu funcionamento (responsável: Edileusa Santos Oliveira);



ISSN: 2175-5493

## VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

---

4 – Investigar a história dos Fardamentos Escolares em Vitória da Conquista de 1930 a 1960 (responsável: Adriana da Cruz Viana);

5 – Investigar a existência de alunos negros nas escolas de Vitória da Conquista e verificar a existência de discriminação racial/preconceitos (responsável: Sueli Melo Silva).

### MATERIAL E MÉTODOS

Do ponto de vista metodológico, tentaremos partir da realidade para o conceito, da aparência para a essência; da essência para a teoria. Pretendemos transitar da parte ao todo, do singular ao universal e desvendar a trama das relações sociais, mediante a teoria, levando em conta tratar-se de um período histórico com especificidades próprias. Do ponto de vista teórico, apresentamos algumas reflexões segundo alguns autores que adotaram a nova história cultural, como Lynn Hunt (1992) e Roger Chartier (1988), aqui lembrados por representarem muitos outros que trabalham com o conceito de história cultural.

Para Hunt (1992, p. 7), embora a história econômica, social e demográfica tenha permanecido dominante, mesmo na Escola dos Annales, a história intelectual e cultural passou a ocupar um sólido segundo lugar e, à medida que a quarta geração dos historiadores dos Annales passou a preocupar-se cada vez mais com aquilo que os franceses chamam *mentalités*, a história econômica e social sofreu um recuo em termos de sua importância:

Os historiadores da quarta geração dos Annales, como Roger Chartier e Jacques Revel, rejeitam a caracterização de *mentalités* como parte do chamado terceiro nível de experiência histórica. Para eles, o terceiro nível não é de



ISSN: 2175-5493

## VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

---

modo algum um nível, mas um determinante básico da realidade histórica. Como afirmou Chartier, 'a relação assim estabelecida não é de dependência das estruturas mentais quanto a suas determinações materiais. As próprias representações do mundo social são os componentes da realidade social'. As relações econômicas e sociais não são anteriores às culturais, nem as determinam; elas próprias são campos de prática cultural e produção cultural. (HUNT, 1992, p. 9).

Chartier (1988) afirma que a história cultural tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. Para alcançar tal objeto, são necessários, na visão do autor, vários caminhos, sendo que o primeiro diz respeito às classificações, divisões e

delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real. Segundo o autor:

As representações do mundo social, assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza [...] As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas [...] As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe ou tenta impor a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio. (CHARTIER, 1988, p. 17).

Observando as novas tendências da pesquisa histórica e a emergência de novos objetos como "as atitudes perante a vida e a morte, as crenças e os



ISSN: 2175-5493

## VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

---

comportamentos religiosos, os sistemas de parentesco e as relações familiares, os rituais, as formas de sociabilidade, as modalidades de funcionamento escolar”, Chartier (1990, p. 14-15) afirma que com estes novos objetos, residentes no terreno das representações, poderiam ser experimentados tratamentos inéditos, tomados de empréstimos às disciplinas vizinhas: “foi o caso das técnicas de análise lingüística e semântica [...] ou de alguns modelos da antropologia”. Segundo o autor, as definições antigas apresentam dois sentidos: por um lado, a representação como dando a ver uma coisa ausente, o que distingue o que representa do que é representado e, por outro lado, a representação como exibição de uma presença. Na visão do autor,

A distinção fundamental entre representação e representado, entre signo e significado, é pervertido pelas formas de teatralização da vida social do Antigo Regime. Todas elas têm em vista fazer com que a identidade do ser não seja outra coisa senão a aparência da representação, isto é, que a coisa não exista a não ser no signo que a exhibe ‘Este senhor tem mesmo o ar e a representação daquilo que é’ é um dos exemplos dados por Furetière. (CHARTIER, 1988, p.21).

A representação, quando deturpada, transforma-se em máquina de fabrico de respeito e submissão, num instrumento que produz constrangimento interiorizado, que é necessário onde quer que falte o possível recurso a uma violência necessária. A utilização da história cultural e do conceito de representação dado por Chartier passa a ser importante, neste texto, pelos próprios elementos, ou seja, as lutas e estratégias de dominação, aqui analisados, que acontecem, em boa parte, no campo das representações. Assim,

É no processo de longa duração, de erradicação e de monopolização da violência, que é necessário inscrever a importância crescente adquirida pelas lutas de representações, onde o que está em jogo é a ordenação, logo a hierarquização da própria estrutura social. Trabalhando assim sobre as

representações que os grupos modelam deles próprios ou dos outros, afastando-se, portanto, de uma dependência demasiado estrita relativamente à história social, já que faz incidir a sua atenção sobre as estratégias que determinam posições e relações e que atribuem a cada classe grupo ou meio um 'ser-aprendido' constitutivo da sua identidade. (CHARTIER, 1988, p. 23).

Para Chartier, a história cultural permite articular três modalidades da relação com o mundo social: em primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; seguidamente, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, "significar simbolicamente um estatuto e uma posição; por fim, as formas institucionalizadas e objectivadas graças às quais uns 'representantes' (instâncias coletivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade". (CHARTIER, 1988, p.23).

Então, é a partir da idéia de representação, segundo o conceito construído por Chartier, é a partir da idéia de que a história cultural é o método de procedimento mais indicado para a presente análise que escolhemos essa abordagem.

Apesar da existência de alguns trabalhos importantes abordando História da Educação na Bahia, observamos lacunas significativas, quando se trata de focar a educação escolar na Mesorregião Centro-Sul da Bahia, e notamos a falta quase total de trabalhos científicos. Falta, principalmente, uma história da educação baseada na análise de fontes documentais primárias que possibilitem o seu estudo como fenômeno emergente de uma teia de relações sociais, ou seja, de natureza dialética e, mesmo, no campo das representações.

Existem fontes documentais primárias, manuscritas e impressas em grande quantidade nos arquivos públicos, privados, escolas, museus e institutos, porém, muito



ISSN: 2175-5493

## VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

---

pouco foi pesquisado. Se, na Bahia, a maioria dos documentos disponíveis nunca foi avaliada exaustivamente, com vistas à elaboração de uma história da educação, na Mesorregião Centro-Sul, especialmente, pouco se trabalhou nesse sentido. Compreendemos que aqueles documentos não podem ser analisados de outra forma, a não ser interdisciplinarmente, através do auxílio da antropologia, da semiótica e, especialmente, da história social, evidenciando modos de educação formal e de educação não formal.

Desta forma, delimitamos o espaço e o tempo de forma bastante flexível, uma vez que se trata de educação e pensamento, temas bastante difíceis de precisar, espacial e cronologicamente.

A Região hora estudada compreende a área que vai do Rio Pardo até o Rio de Contas, cerca de 180 km do litoral e corresponde ao Planalto da Conquista, afora o trecho de Jequié. Segundo Medeiros (2001, p. 283-296), existem documentos desde 1720 sobre o chamado 'Sertão da Ressaca', sendo que em 1840 o atual município de Vitória da Conquista fazia fronteira com Condeúba, Encruzilhada, Itapetinga, Iguai, Rio de Contas, Ibicuí e, de 1840 até 1860 a 'Imperial Vila da Vitória' era maior que o 'Sertão da Ressaca' e limitava-se com Canavieiras e Ilhéus. Em 1880, Conquista perde Poções e Planalto e a encosta do Planalto (Iguai, Ibicuí, Planalto, Nova Canaã, Boa Nova, Manoel Vitorino). Em 1921, Conquista perde Itambé e, conseqüentemente, Itapetinga e Itarantim. Em 1938 perde Encruzilhada (área imensa), Anagé, e, finalmente, em 1960, perde Caatiba, Belo Campo e Barra do Choça, que se tornam independentes (MEDEIROS, 1996).

Tendo em vista essa configuração, o marco do Projeto Diretor inicial desta pesquisa foi fixado em meados do século XVIII, quando o Arraial da Conquista, depois Imperial Vila da Vitória, teve sua origem com penetração e ocupação da terra promovida, inicialmente, por João da Silva Guimarães e por seu protegido, João Gonçalves da Costa que se fixaram, inicialmente, na hoje Cidade de Vitória da Conquista. Já em 1780, em local do centro da cidade, sabe-se de um rancho de mais de 60 pessoas,



ISSN: 2175-5493

## VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

---

em derredor do qual havia fazendas de gado. Alguns viajantes relataram, sobre essa época, algumas formas de educação, compreendida no seu sentido *lato*.

O marco final foi fixado na década de 60, momento que inaugura uma ação polarizadora da cidade sobre as circunvizinhas, novas formas de parcelamento do solo, em incorporação de novas áreas à malha urbana, sendo, igualmente, uma década que presenciou um surto econômico e modernizante inteiramente novo, principalmente com a implantação da lavoura cafeeira, em conjuntura coincidente com o lapso da crise do milagre econômico brasileiro. O limite geográfico abrange a cidade de Vitória da Conquista, contextualizada pela região Centro-Sul, no período pretendido; entretanto, não ignoraremos dados relativos a outros espaços circunvizinhos ou referentes à totalidade da educação, desde que contribuam para o conhecimento do objeto.

É grande a literatura sobre a História do Brasil e da Bahia no Período Colonial, passando pelo Império, até a República e inúmeros são os textos reveladores da cultura daquela época.

Bem menor é a literatura que trata da educação desses períodos, e bem poucas são as obras que tratam da história da região, do Planalto da Conquista e do Município Conquistense.

Pouquíssimas são as que tratam da História da Educação nos mencionados espaços. Mas, muitas obras que tratam indiretamente da educação na Bahia, principalmente as narrativas dos cronistas coloniais, as correspondências das ordens religiosas, os relatos dos viajantes estrangeiros e, mais recentemente, as pesquisas acadêmicas, têm preenchido algumas lacunas – principalmente no que diz respeito à educação não-escolar.

Algumas fontes importantes para conhecermos a cultura e a educação na Bahia oitocentista são os relatos dos visitantes estrangeiros, classificados por Holanda (1967) e pelo minucioso estudo de Moema Parente Augel (1980), que nomeia os tipos de relatos de viajantes em diversas naturezas (escritos para publicar, para não publicar, relatos de viagens, obras informativas, diários científicos, viagens comerciais, de



ISSN: 2175-5493

## VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

---

reconhecimento, relatos com intenções de colonização etc) e fala das vantagens e desvantagem de usá-los como fonte, uma vez que os olhares variaram devido ao grau de etnocentrismo, o pessimismo ou o otimismo além do limite, a dificuldade de comunicação, o choque de valores, e, mesmo por causa da convivência do viajante, às vezes limitada a pessoas de uma determinada classe social.

Augel (1980) relaciona 13 viajantes que estiveram na Bahia entre os séculos XVII e XVIII (mencionados pelos primeiros historiadores brasileiros que utilizaram as suas obras: Alfredo de Carvalho, Affonso Escragnolle Taunay e Brás do Amaral), classificando-os, também, quanto à nacionalidade, atividade, interesse, duração de tempo na Bahia e no Brasil. Recentemente, um outro trabalho acadêmico tratou especialmente do olhar do viajante inglês sobre a educação no Brasil do século XIX, nos seus sentidos *stricto* e *lato* (SECO, 2004).

Alguns desses visitantes passaram pela região e deixaram suas impressões escritas e imagéticas em alguns relatos do fim do século XVIII, do século XIX e mesmo no século XX. Ruy Medeiros (1992; 2001) foi um dos primeiros a utilizar os relatos dos viajantes coloniais na tessitura da História de V. da Conquista e região Centro-Sul. Nos seus textos, ele privilegia os relatos de Maximiliano de Wied Newied (que percorreu o Brasil entre 1816 e 1817, acompanhado pelos naturalistas Sellow e Freyreiss). Newied explorou a costa do Brasil desde o Rio de Janeiro até a Bahia, observando a vida e o costume dos índios botocudos, ao lado de pesquisas zoológicas e botânicas. No segundo volume de uma das suas obras: *Viagem ao Brasil*, ele trata das suas excursões pelo interior da Bahia, inclusive da região que nos interessa. Medeiros privilegia também os relatos de Johann Baptist von Spix que junto com Phillip von Martius, outro naturalista, publicaram outra *Viagem ao Brasil* com excelentes e fartas anotações sobre a região.

Como fonte imediatamente posterior, Medeiros menciona alguns autores de obras monográficas e corográficas importantes para o conhecimento regional, como Licurgo Santos Filho (*Uma Comunidade Rural no Brasil Antigo*), Durval Vieira de Aguiar (*Província da Bahia*) e Tranquilino Torres que escreveu corografias dos municípios de



ISSN: 2175-5493

## VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

---

Condeúba, Poções e, do nosso interesse, a obra: *Município da Victória* (reeditada pelo Museu Regional da UESB, em 1996, com uma introdução crítica do mesmo autor).

Outro conhecedor da história regional, Erivaldo Fagundes Neves (2002) revisa a historiografia da História do Brasil, desde Sebastião da Rocha Pitta (1660-1738) que publicou *A América Portuguesa*, até chegar ao Instituto Histórico e Geográfico do Brasil - IHGB, instituição que inaugurou uma metodologia da História do Brasil, e destaca alguns dos principais nomes da historiografia no Brasil, a começar com von Martius (autor da monografia: *como se deve escrever a história do Brasil*, do IHGB), Varnhagen (1816-1878), Sílvio Romero (1851-1914), Capistrano de Abreu (1853-1927) e, no âmbito do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia - IGHB (fundado em 1894), os trabalhos do já citado Durval Vieira de Aguiar, Francisco Vicente Viana (1848-1893) que escreveu *Memória Sobre o Estado da Bahia* e Francisco Borges de Barros que escreveu *À Margem da História da Bahia*. Focalizando a região da Chapada Diamantina, seu objeto predileto de estudo, Neves menciona, também, alguns corógrafos ligados ao IGHB, como Gonçalo de Athayde Pereira (1863-1944), Tranquilino Leovigildo Torres (1859-1896), Pedro Celestino da Silva, professor de História em Caetité, na década de 1920, Pedro Tomás Pedreira e funcionário do IBGE.

Sobre as produções historiográficas já nos moldes da produção acadêmica, Neves comenta a demanda social expressa pela Escola Nova e seus paladinos como Lourenço Filho (1897-1970), Fernando de Azevedo (1894-1974) e Anísio Teixeira (1900-1971), bem como o lado oposto conservador, representado por Jackson de Figueiredo (1891-1928) e Alceu Amoroso Lima (1893-1983). A seguir, com a instalação da Universidade de São Paulo em 1936 e, logo a seguir a Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, segundo Neves, começam a aparecer algumas macro-abordagens da história do Brasil, como a de Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), tributário dos paradigmas explicativos de Max Weber, e a de Caio Prado Júnior (1907-1986) com idéias estruturadas pelas categorias metodológicas de Marx.



ISSN: 2175-5493

## VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

---

Na Bahia, aponta Erivaldo Fagundes Neves, somente com a implantação do mestrado em Ciências Sociais, seguido do mestrado em História, foi que o controle da produção historiográfica se deslocou para a Universidade Federal da Bahia – UFBA, com orientação de professores já sob a égide da nova história. Neste âmbito, destacaram-se, na primeira geração (ainda na graduação) Thales de Azevedo e José Calazans e, mais tarde, já nos programas de pós-graduação, Luís Henrique Dias Tavares, Kátia M. de Queirós Mattoso, e João José Reis (79-85).

Em Vitória da Conquista e adjacências, grosso modo, podemos dividir a literatura existente sobre a Região e o município em três categorias básicas. Primeiro, existem aquelas obras clássicas de viajantes e corógrafos sobre as quais nos referimos anteriormente. Segundo, existem aquelas obras produzidas por pessoas de longa vivência e fortes vínculos com a comunidade e de ‘notório saber’ sobre a região e sua história. Muitas destas obras são baseadas nas narrativas dos primeiros cronistas e corógrafos e, de igual modo, na oralidade e na tradição. Em terceiro lugar, começam a fazer volume obras diretamente ligadas à implantação da universidade na região e, conseqüentemente, à expansão dos cursos de pós-graduação (que exigem, é claro, o uso de certo arsenal teórico-metodológico científico).

No segundo caso, dois nomes se destacam, dentre as pouquíssimas obras que relatam as origens de Conquista. A mais comentada é, sem dúvida a *Revista Histórica de Conquista*, do jornalista Aníbal Viana, editada em dois volumes, sendo que o primeiro, o mais consistente em termos de fatos históricos, foi publicado em 1982. O autor, além de colher depoimentos orais, revisa uma boa bibliografia para registrar a origem da cidade, falar dos habitantes nativos e dos missionários capuchinhos que cá estiveram evangelizando índios, desde as matas de Ilhéus até o sertão da Ressaca, e de muitos outros acontecimentos econômicos, políticos e sociais, desde a instalação do Arraial, passando pela Imperial Vila da Vitória, até o tempo em que esta adquiriu o estatuto de cidade.

Em a *Revista Histórica de Conquista*, Aníbal Viana não dedica um capítulo especial à educação, às escolas ou aos educadores, mas, de maneira indireta, ao traçar perfis ilustres, ou narrar acontecimentos artísticos-culturais, ele acaba por revelar a realidade da educação de cada período, como, por exemplo, ao dizer que o Coronel Teotônio Gomes Roseira (Cel. Roseira), nascido na primeira década do século XIX, filho de fazendeiro do distrito de José Gonçalves “sabia ler e escrever corretamente destacando-se dos demais patrícios da época em que os habitantes do Arraial da Conquista lutavam para alcançar a sua emancipação política”, ou ao dizer que o Coronel José Fernandes de Oliveira Gugé (Cel. Gugé), nascido em 1844, “tinha o curso primário e era bastante inteligente principalmente em política no seu tempo, tornando-se líder político de elevado prestígio, neste Município”. (VIANA, 1982, p. 195-197). Além disso, ele menciona intelectuais, poetas e jornalistas como Manoel Fernandes de Oliveira (Maneca Grosso), bacharéis republicanos, médicos e outros profissionais liberais que, muitas vezes, atuaram na educação escolar do Município. Menciona também professores, reconhecidos como tal, como o já citado Maneca Grosso, Sílvia Flores, Padre Palmeira (fundador do primeiro Ginásio), Diomar de Araújo Lima e um bom número de profissionais liberais que, além de trabalharem em suas profissões de origem, também atuavam na educação escolar, cujos melhores exemplos são Dr. Luiz Barreto Vieira e Dr. Jesiel Norberto.

O outro nome nessa categoria é o do Professor Mozart Tanajura, cujo livro *História de Conquista: Crônica de uma Cidade* (1992), editado pela Prefeitura Municipal, vai pela mesma linha do anterior, privilegiando aspectos econômicos, políticos e culturais e tendo por fonte a mesma literatura clássica levantada por Aníbal Viana. Tanajura, em um capítulo sobre os *Aspectos Culturais*, menciona grêmios literários, grupos de teatro, bibliotecas cá existentes e dedica oito páginas especialmente à educação, de modo geral, fazendo uma revisão do assunto desde os capuchinhos evangelizadores, passando pelos nomes dos primeiros e principais professores,



ISSN: 2175-5493

## VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

---

registrando as diversas escolas até chegar à implantação da Universidade do Sudeste da Bahia.

No terceiro caso, lembramos de algumas publicações sobre Vitória da Conquista e Região já resultantes de pesquisas realizadas por acadêmicos da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e de outras universidades adjacentes. E, na história da educação, prevalentemente, citamos os capítulos de Ednalva Padre Aguiar, *Os Grupos Indígenas do Sertão da Ressaca*, publicado na coletânea *A Presença Indígena no Planalto de Conquista* (2000) e de Geíza Flores Mendes, *Ritos, Símbolos e Discursos na Formação de Professores da escola Normal de Vitória da Conquista* (2002), ambos publicados na Coleção Memória Conquistense, do Museu Regional de Vitória da Conquista. No campo dos anais, integrantes do Museu Pedagógico da UESB, desde 2001, vêm apresentando resultados parciais do Projeto Diretor do Museu Pedagógico denominado “A Educação na Cidade de Vitória da Conquista e região: as leis, os sujeitos, os espaços, suas representações e materiais – da formação da cidade ao século XXI”, coordenado pela Profa. Dra. Lívia Diana Rocha Magalhães e que hoje agrega oito grupos de pesquisa.

Quanto à documentação necessária para estudos e pesquisas em âmbito de história regional e especialmente na mesorregião Centro-Sul da Bahia, também é Erivaldo Fagundes Neves quem aponta fontes e localização, aconselhando, no caso da história regional, investigar a documentação municipal, eclesiástica, cartorial, além de destacar a importância dos inventários, testamentos, escrituras de terras e escravos, correspondências de autoridades e particulares, leis de terra, registros paroquiais, censos, processos e até mesmo registros de ocorrências policiais, que, mesmo não sendo ligados diretamente ao tema, oferecem uma “radiografia do cotidiano comunitário, dos viveres e saberes de um grupo social de determinada época ou algum recorte temporal mais amplo”. Neves (2002) aconselha, ainda, investigar documentação de registros eleitorais, posturas municipais, registros demográficos, financeiros e contábeis, documentos de empresas privadas, arquivos particulares, periódicos, jornais, boletins e revistas.



ISSN: 2175-5493

## VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

---

### RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ainda hoje, o pesquisador que quiser se debruçar sobre a história cultural e da educação em Vitória da Conquista e Região adjacente, desde os primórdios, conta com os depoimentos de testemunhas ainda vivas ou de herdeiros e guardiões dos relatos comunitários. A exemplo do que recomenda Neves (2002, p.101), ao afirmar a importância da “oralidade produzida com entrevistas de pessoas de longa vivência ou fortes vínculos culturais na comunidade estudada, de notório saber sobre ela ou que, com ela, estabeleceram relações prolongadas”, este foi um dos procedimentos metodológicos utilizados por nossa equipe, nesta fase da coleta.

Queremos dizer que, para efeito didático, a pesquisa aqui apresentada foi dividida em etapas e categorias de análise, sendo que, no momento, estamos realizando levantamento bibliográfico, levantamento histórico da expansão urbana da cidade e, ao mesmo tempo, colhendo alguns depoimentos orais que têm permitido reconstituir e localizar os primeiros estabelecimentos escolares, bem como os respectivos professores, donos ou contratados pelas escolas. Vale lembrar que no estágio atual da pesquisa fixamos os limites da coleta até o final da década de 60, considerando que a partir dessa data, a implantação e o surto da lavoura cafeeira na região resultaram em profundas mudanças regionais que fogem aos objetivos do presente trabalho.

Como primeiro procedimento, levantamos dados históricos e, com base em diversas fontes de informações, mapeamos o chamado ‘centro histórico da cidade’, apontando as principais fases do desenvolvimento histórico urbano. A seguir, colhendo informações de moradores nascidos e escolarizados em Vitória da Conquista, começando pelos mais idosos (aqueles que atendiam ao padrão de exigência estabelecido pela metodologia), listamos e localizamos as escolas situadas no espaço original da cidade, ou seja, no seu centro histórico, começando pelo ponto mais antigo da localidade – que documentos históricos e a tradição reputam como o ponto de



ISSN: 2175-5493

## VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

---

origem da cidade – e prosseguimos, irradiando o mapeamento na mesma medida do crescimento populacional, surgimento de novos bairros, novas demandas e, conseqüentemente, a construção de novas escolas.

Nesta primeira fase, entrevistamos cinco (5) moradores que estudaram em escolas do município entre 1910 e 1940. Buscamos, preferencialmente, alguns moradores longevos que habitaram (e ainda habitam) na Conquista das primeiras décadas do século XX e, especialmente, alguns que residiram na Rua Grande, hoje Praça Tancredo Neves, considerada como marco original da cidade. Manifestamos o mesmo interesse por moradores que residiam em zona rural próxima, geralmente filhos de fazendeiros, cujos pais contratavam professores para ensinarem as primeiras letras na própria fazenda ou enviavam os filhos para as fazendas vizinhas onde já existia tal prática.

A primeira pessoa entrevistada, com 103 anos, nasceu em 1902, freqüentou escola na zona rural e urbana, encontrando-se, até hoje, em bom estado de saúde, com boa memória e perfeita lucidez. A segunda entrevistada nasceu em 1915, é educadora aposentada, tendo exercido a docência até idade avançada. A terceira, nasceu em 1921 e mora, até os nossos dias, na Rua Grande, tendo sido aluna de alguns dos professores mencionados. A quarta pessoa entrevistada nasceu em 1927, tendo sido, também, moradora da Rua Grande. A última pessoa entrevistada, deste lote, nasceu em 1918, em Salvador, onde morou até os 11 anos de idade, tendo vindo para Vitória da Conquista em 1929, para residir na casa dos seus avós maternos, nativos da região. Voltou para estudar em Salvador, no final da década de 30, graduou-se na Escola Normal, voltando para Vitória da Conquista e atuando na Escola pública até aposentar-se. Todos atendem àquele perfil de pessoas guardiãs da cultura e das tradições da comunidade local.

Devido a algumas circunstâncias, como idade, memória e condições de saúde, que demandam maior cuidado no caso das entrevistas, optamos por realizá-las de forma parcelada, visando não cansar muito os depoentes e permitir que várias entrevistas intercaladas possibilitassem lembranças e preenchessem as lacunas da memória. Assim,

consideramos que essas entrevistas ainda não foram concluídas e que mais contactos deverão ser feitos com os mesmos depoentes e novos contactos deverão ser feitos com outros.

Destes primeiros depoimentos, em uma análise parcial, pudemos fazer algumas inferências, e, a partir daí, afirmar: 1 – Todos os depoentes desta etapa de pesquisa foram alunos durante a República Velha (1889-1930), sendo que o mais idoso, que freqüentou a escola entre 1913-1915, afirmou que nem sequer se cogitava a presença de mulheres na escola. Veremos esta presença, mais tarde, pela fala dos outros depoentes, se bem que em classes separadas das dos meninos; 2 – na maioria das vezes, a escola era conhecida pelo nome do seu dono. Somente três escolas citadas eram mencionadas por um nome jurídico; 3 – também, na maioria das vezes, a escola funcionava na própria casa do professor, geralmente uma sala da casa destinada para tal; 4 – pudemos detectar que apenas três escolas fugiam desse padrão, funcionando em prédio anexo ou alheio à residência do professor; 5 – Observamos que as escolas mudavam muito de endereço, funcionando, em alguns casos, em casas emprestadas e, ou alugadas; 6 – havia uma escola que funcionava utilizando as duas salas da frente, sendo uma para as meninas maiores e outra para as meninas menores; 7 – observamos a existência do costume de se oferecer os serviços educacionais para os sexos separados, principalmente a partir da década de 30, sendo que, no caso do primeiro depoente (que estudou na segunda década do século XX), foi afirmado que “só os meninos iam para as escolas e as meninas aprendiam “em casa mesmo, sozinhas”. Outra depoente, ao informar sobre as escolas, frisava e repetia: “esta era só de rapazes”; 8 – Fica visível, também, que o material escolar era muito escasso, limitando-se, na maior parte das vezes, ao uso da cartilha, tabuada, pedra, giz, paleógrafo, ‘breve’ (manual de abreviaturas?); Excepcionalmente, foram citados: o livro de Felisberto de Carvalho, a revista *O Mensageiro do Bem* e o jornal *Amigo da Infância*, que eram utilizados principalmente nos exercícios de leitura oral. No caso da última depoente, já da ‘escola



ISSN: 2175-5493

## VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

---

pública isolada', ela conta que, ao se aposentar, devolveu o material para a Delegada escolar: Carteiras, mapas velhos", etc.

Observamos que, a partir da década de 30, coincidentemente com o fim da Primeira República, aparecem categorias antes não mencionadas, principalmente por parte da depoente normalista e concursada. Categorias como: escola particular e pública, professor leigo, escola isolada, primário, que denotam aspectos ligados às políticas públicas do Estado; e categorias como: escola mais humilde, mais afastada, uma sala com duas portinhas de venda, escola que funcionou no sótão, que denotam uma expansão do ensino para camadas mais pobres da população (como Paixão, irmã do sapateiro Moreninho) e não pertencentes ao rol dos 'bem nascidos' moradores da Rua Grande. Entretanto, apesar do aparecimento das escolas públicas, o destaque é, ainda, para as instituições privadas, algumas de vida efêmera, e outras, mais longevas tendo em vista a trajetória de vida de alguns professores que lideraram a escolarização de mais de uma geração, como foram os casos do Professor Tidinho, Dona Helena e Dona Mariquinha Viana.

Além das escolas constantes nas entrevistas, elencamos, apenas a título de informação, outras escolas cujos nomes constam nos livros mencionados na literatura. Registramos aqui, apenas aquelas que não foram mencionadas pelos depoentes e que pertencem ao período delimitado para essa fase da pesquisa. Mozart Tanajura (1992) fala do Colégio Brasil, do Educandário Sertanejo, fundados pelo Professor Euclides Dantas, na década de 20, e do Colégio Marcelino Mendes. Fala, também, do Grupo Escolar Barão de Macaúbas inaugurado em 1935, talvez a primeira escola pública da cidade, atualmente demolido. Fala, a seguir, da construção de um prédio, em 1920, na gestão do Intendente Ascendino Melo, onde funcionou o Tiro de Guerra 120 e onde, em 1939, foi instalado o Ginásio de Conquista sob a responsabilidade do Pe. Luiz Soares Palmeira e, finalmente, da Escola Normal, mais tarde Instituto de Educação Euclides Dantas. Também Aníbal Viana menciona o Colégio Pestalozzi, onde estudou em 1918, situado na Rua da Conquista.



ISSN: 2175-5493

## VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

---

### CONCLUSÕES

A nosso ver, os primeiros esboços sobre a instalação de escolas em Vitória da Conquista – Bahia, constituem-se em registros importantes sobre os reflexos localizados dessa realidade, ou seja, se o Estado decretou, instituiu bases administrativas e legislativas para a educação, é necessário investigar qual foi o seu alcance, como também, na falta da presença deste, a quem restou o encargo com esse serviço e a quem a ele pode ter acesso.

Conforme registros orais, observa-se que, por volta de 1930, há referência apenas a 01 escola pública (Escola Barão de Macaúbas), que funcionava em prédio escolar com 08 salas de aulas e 01 escola do Estado (Escola Padre Anchieta, fundada em 1941), que funcionava em uma casa alugada. As demais eram escolas de pequeno porte, em sua maioria 'leigas' e o seu atendimento dependia do poder aquisitivo do aluno – famílias que podiam pagar. Como já foi dito, a maioria levava o nome dos seus donos e algumas delas dependiam da locação do imóvel (às vezes, a casa onde passava a residir também o professor, às vezes, uma ou duas salas na frente da casa). Tudo indica que são escolas onde havia algum envolvimento afetivo ou familiar entre o professor e as famílias dos alunos (muitas vezes o professor era parente ou aderente da família para a qual trabalhava, principalmente na zona rural), e nas quais se vislumbrava uma espécie de pequenos consórcios, que aliavam aspectos econômicos e sociais, tanto do ponto de vista dos mantenedores, como dos beneficiários – ou seja, consórcios para atender às necessidades de trabalho dos professores e às necessidades de instrução dos alunos, conforme as exigências do momento e de suas classes sociais.

Alguns outros dados, pertinentes ao objeto, foram também levantados, carecendo, entretanto, de análises mais aprofundadas antes de serem aqui expostos. Pretendemos continuar a pesquisa e em outra oportunidade pretendemos apresentá-los condignamente. É uma pesquisa lenta, e muitas entrevistas ainda carecem de



ISSN: 2175-5493

## VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

complementação para extrairmos categorias mais constantes; pretendemos cotejar os depoimentos com jornais da época, com atos oficiais e à luz da História da Educação dos nossos autores clássicos, em outra etapa do projeto.

### REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Edinalva Padre, MEDEIROS, Ruy H. e MIGUEL, Antonieta. **Ymboré, Pataxó, Kamacã**: a presença indígena no Planalto da Conquista. Vitória da Conquista: UESB; Museu Regional, 2000, (Memória Conquistense).
- AUGEL, Moema Parente. **Visitantes estrangeiros na Bahia oitocentista**. São Paulo: Cultrix/MEC. INL, 1980.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1988.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, 1960-64. T. I, 2v.
- HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. Tradução Jefferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992 (O homem e a história).
- MEDEIROS, Ruy H. A (Coord.). Projeto: **Documentação e Registro Audiovisual da Arquitetura e Evolução Urbana de Vitória da Conquista**. 1992.
- MEDEIROS, Ruy H. (apresent. e notas) **Tranquilino Torres**: O município da Vitória. Vitória da Conquista: Museu Regional; UESB, 1996 (Col. Memória Conquistense).
- MEDEIROS, Ruy H. A. **Fontes Documentais para a Pesquisa de Vitória da Conquista**. Minicurso ministrado pelo Museu Regional da UESB em 10 de agosto de 2006.
- MEDEIROS, Ruy H. A. **A idéia de conquista e o Sertão da Ressaca**. Conferência proferida no IV Congresso de História da Bahia. Anais do IV Congresso de História da Bahia, v. 1 (texto completo.) 2001. p. 283-296.
- MENDES, Geíza Flores. Ritos, símbolos e discursos na formação de professores da Escola Normal de Vitória da Conquista. In: AGUIAR, Edinalva Padre. **Recortes de memória**: cultura, tradição e mito em Vitória da Conquista e região. Vitória da Conquista: Museu Regional da UESB, 2002.
- NEVES, Erivaldo Fagundes. **História regional e local**: fragmentos e recomposição da história na crise da modernidade. Feira de Santana: UEFS; Salvador: Arcádia. 2002.
- NUNES, Antonietta d'Aguiar. **Política educacional no início da República na Bahia**: duas versões do projeto liberal. Tese de Doutorado. Salvador: Faculdade de Educação da UFBA, 2003.



ISSN: 2175-5493

**VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO**

27 a 29 de novembro de 2006

---

- SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação**: trajetória, limites e perspectivas. São Paulo; Campinas: Ed. Autores Associados, 1998.
- SECO, Ana Paula. **A história da educação no Brasil**: o olhar dos viajantes britânicos sobre a educação (1808-1889). Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP, 2004.
- TANAJURA, Mozart. **História de Conquista**: crônica de uma cidade. Vitória da Conquista: PMVC (ed. comemorativa). Brasil Artes Gráficas LTDA. 1992.
- TORRES, Tranquilino. O Município da Vitória. Apresentação e notas de Ruy Medeiros. In: **Memória Conquistense**. Vitória da Conquista: UESB; Museu Regional, 1996.
- VIANA, Aníbal Lopes. **Revista histórica de Vitória da Conquista**. Vitória da Conquista. Ed. do autor. Brasil Artes Gráficas LTDA. 1985.
- XAVIER, M.E.S.P. **Poder político e educação de elite**. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1990.